



Universidade Federal de Santa Catarina
Centro de Ciências da Educação

Maria Eduarda Alves

Violência nas Escolas: um estudo a partir do documento do MEC/2013: *Impactos da Violência nas Escolas: Um Diálogo com Professores* com foco às questões de Gênero e Sexualidade

Florianópolis
2014

Maria Eduarda Alves

Violência nas Escolas: um estudo a partir do documento do MEC/2013: *Impactos da Violência nas Escolas: Um Diálogo com Professores* com foco às questões de Gênero e Sexualidade

Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Pedagogia da Universidade Federal de Santa Catarina. Orientado pela Prof.^a Dr.^a Patrícia de Moraes Lima.

Florianópolis

2014

Maria Eduarda Alves

Violência nas Escolas: um estudo a partir do documento do MEC/2013: *Impactos da Violência nas Escolas: Um Diálogo com Professores* com foco às questões de Gênero e Sexualidade

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi avaliado e aprovado, concedendo à discente o título de Graduação em Pedagogia.

Prof^ª. Dr^ª. Maria Sylvia Cardoso Carneiro
Coordenadora do Curso

Prof^ª. Dr^ª. Patrícia de Moraes Lima
Orientadora

Prof^ª. Dr^ª. Lucena Dall'alba
Membro

Prof. Dr. Rogério Machado Rosa

Resumo

O presente Trabalho de Conclusão de Curso pretende tratar sobre as Violências que acontecem dentro das escolas e que influenciam todas as instituições sociais como a família, comunidade, órgãos públicos, e principalmente crianças e adolescentes, professores e gestores da instituição, a partir da leitura e análise do livro do MEC/2013 *Impactos da Violência nas Escolas: Um Diálogo com Professores*. O tema principal que vai protagonizar o terceiro capítulo desta pesquisa tem como título “Violências, Gênero e Sexualidade no contexto da Escola” que é abordado no capítulo cinco do livro objeto de análise. Esse tema é então, ampliado, aprofundado e analisado, abrindo as discussões sobre os conceitos de diferença, gênero, sexualidade, violência e homofobia, com base no diálogo com outros autores que compõem a bibliografia da pesquisa.

Palavras-chave: violências; escola; crianças; gênero; sexualidade.

Agradecimentos

Agradeço em primeiro lugar a minha família, por ter caminhado comigo nessa jornada tão desafiadora que foi o curso de Pedagogia, compreendendo meus medos e anseios, e me dando o suporte necessário para continuar. Em especial aos meus pais, Gilson Alves e Valdete Alves, que me apresentaram a importância da educação na vida de uma pessoa; que me fizeram lutar pelos meus objetivos e nunca desistir, mas que também manifestaram apoio quando tive vontade de fazê-lo, me apresentando um mundo de possibilidades caso a escolha fosse esta; que durante esse semestre, principalmente, me incentivaram e me fizeram acreditar no meu potencial, através de muito carinho, compreensão e conselhos.

Agradeço também as minhas amigas, Cíntia Peixoto e Mayara Teixeira, que estiveram comigo desde o início do curso, construindo um caminho de muito conhecimento através de experiências sempre compartilhadas e regadas de alegrias e sorrisos. Elas também estiveram comigo em momentos difíceis, me fazendo crer que algo de melhor estava por vir, me ajudando a superar sentimentos que pareciam insuperáveis. Deram-me apoio e carinho. Fizeram-me sentir especial e amada. Deixaram meus dias mais felizes mesmo que tudo ao redor pudesse parecer o contrário. Foram minhas amigas, dentro e fora da Pedagogia, e se tornaram minhas irmãs de coração.

Agradeço à minha orientadora Patrícia Lima, que me conduziu no processo de escrita deste trabalho, compreendeu meus medos e acalmou minhas ansiedades a cada orientação. Deu ao meu trabalho uma perspectiva prática e de acordo com o tema que eu gostaria de abordar. Fez da minha pesquisa, um objeto de aprendizagem, um meio prazeroso de adquirir conhecimento.

Enfim, obrigada a todos que estavam perto de mim de alguma forma, me encorajando ao sucesso e a realização desse Trabalho de Conclusão de Curso.

Sumário

INTRODUÇÃO.....	7
1. APRESENTANDO O DOCUMENTO DO MEC, 2013: <i>Impactos da Violência nas Escolas Um diálogo com Professores</i>.....	9
1.1. Síntese do documento.....	9
1.2. O contexto das Violências e suas qualificações no espaço da escola e as medidas de proteção às crianças e adolescentes vítimas dessas ações.....	17
2. CAMINHOS DA PESQUISA.....	23
2.1. Análise documental: perspectiva para pesquisa.....	23
2.2. Os Enunciados das Violências no Contexto do Livro e a Escolha metodológica para a fundamentação da pesquisa.....	24
3. VIOLÊNCIAS, GÊNERO E SEXUALIDADE NO CONTEXTO DA ESCOLA.....	27
3.1. Contribuições a partir do conceito de diferença para pensar as violências e as relações de gênero.....	28
3.2. Gênero, Violência e Homofobia.....	31
3.2.1. Gênero e Violência.....	32
3.2.2. Violência e as relações afetivo-sexuais.....	33
3.2.3. Homofobia.....	34
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	38
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	40

INTRODUÇÃO

Este Trabalho de Conclusão de Curso pretende apresentar o documento *Impactos da Violência nas Escolas: Um diálogo com professores* elaborado pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), publicado em 2013, em parceria com a Editora Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), direcionado para os/as professores/as com objetivo de contextualizar como as violências estão sendo significadas no âmbito da formação de professores, com destaque nesse trabalho para as violências e suas relações com gênero e sexualidade

Temas como *bullying*, direitos humanos, manifestações das violências, gênero e sexualidade, a violência e sua relação com a escola, modos de prevenção e proteção às crianças e adolescentes, entre outros, são discutidos e definidos pelo documento do MEC.

Nesse trabalho, destaco no primeiro capítulo, às qualificações das violências e suas características abordadas pelo segundo capítulo do livro do MEC, contextualizando-as e exemplificando-as para em seguida, evidenciar as relações de prevenção e os órgãos de proteção voltados para a infância e a juventude.

No segundo capítulo da presente pesquisa, revelam-se os caminhos percorridos para a efetivação da mesma, quais as inspirações e indagações que surgiram no trajeto e a justificativa da escolha metodológica pelo tema principal que serviu de análise para a ampliação do trabalho.

O tema escolhido e que foi abordado no terceiro capítulo deste Trabalho de Conclusão de Curso explora as relações entre Violência, Gênero e Sexualidade no contexto da escola. Foi feita uma análise a partir de trechos retirados do livro do MEC/Fiocruz, dialogando com outros autores que ampliaram os limites impostos pelo documento, como por exemplo, o sistema binário para explicar a concepção de gênero, onde somente a diferença entre os sexos são consideradas, enfatizando a construção heteronormativa da sociedade para fundar os papéis do homem e da mulher.

O conceito de diferença também surge na pesquisa a partir de sua relação com gênero, abrindo espaço para as discussões sobre as hierarquias predominantes na sociedade que impõem uma norma heterossexual para servir como referência aos papéis atribuídos aos homens e às mulheres. Desse modo, tudo aquilo que se opõe ou que não

se encaixa à norma, é visto como diferente. Daí emergem as questões sobre as violências contra aqueles culturalmente classificados como diferente, a Homofobia.

Por fim, o estudo aqui proposto visa contribuir para pensar como chegam essas questões no cenário onde estão inscritas as práticas de formações de professores onde consequentemente, estão sendo talhados os conceitos sobre as violências nas escolas.

1. APRESENTANDO O DOCUMENTO DO MEC: *Impactos da Violência nas Escolas: Um diálogo com Professores*

1.1. Síntese do documento

O Ministério da Educação e Cultura (MEC) juntamente com a Editora Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e com o Programa de Educação a Distância da Escola Nacional de Saúde Pública (EAD, ENSP) publicou no ano de 2013 o documento, que foi organizado pelas pesquisadoras do Centro Latino-Americano de Estudos de Violência e Saúde Jorge Careli (Claves) Simone Gonçalves de Assis, Patrícia Constantino e Joviana Quintes Avanci, 2013, *Impactos da Violência nas Escolas: Um Diálogo com Professores*. Esse livro é destinado para os professores, com intuito de abrir os debates sobre as violências e suas várias expressões dentro da escola, ao entorno e com os indivíduos que fazem parte dela – crianças, pais, corpo docente, etc.

A introdução do livro localiza sua intencionalidade na disseminação de conhecimentos acerca dos direitos humanos principalmente, das crianças e adolescentes. Trata sobre as situações e os contextos que podem propiciar as violências que interferem de alguma forma no cotidiano escolar. O prefácio também aborda características sobre a Editora Fiocruz, que apoia e contribui com pesquisas e formação na área das políticas pública, em parceria com o Claves e com a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI).

O documento analisado é composto por um conjunto de autores de diferentes áreas como a Psicologia, Ciências Sociais e Medicina, que construíram os textos presentes neste livro, portanto, atribui-se uma contribuição de caráter interdisciplinar nas discussões a cerca das violências no contexto de formação de professores.

O primeiro capítulo é escrito pela autora Sabrina Moehlecke, graduada em Ciências Sociais, mestra e doutora em Educação pela Universidade de São Paulo (USP) e professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), e tem como título *Por uma Cultura de Direitos Humanos*.

Moehlecke (2013) a partir de uma abordagem histórica vai mostrar como se deu a construção de direitos humanos no mundo. Os direitos humanos no Brasil foram se

construindo com base na luta das classes oprimidas, e aos poucos se direcionando à todos os indivíduos da sociedade.

A autora aponta três gerações pelo qual pensamos os Direitos Humanos. A primeira delas traz a noção individual de liberdade. Como segunda geração de direitos humanos a autora considera aquelas remetem a economia, cultura e sociedade. A terceira geração se refere aos direitos coletivos.

A noção contemporânea de direitos humanos com a qual se trabalha no século XXI abarca todas as gerações de direitos, consideradas igualmente fundamentais, sem hierarquizações, prevalecendo sua universalidade, indivisibilidade e interdependência, exigindo uma postura ativa do Estado como garantidor e promotor. (MOEHLECKE, 2013, p. 23).

O foco da autora passa para os direitos das crianças e adolescentes brasileiras. Começando pela origem do Código de Menores criado em 1927, depois a Constituição de 1988, onde a criança e o adolescente passam a ser vistos como “[...] ‘sujeitos’ de direitos, cuja proteção e desenvolvimento demandam responsabilidade de toda a sociedade brasileira” (MOEHLECKE, 2013, p.28).

Posteriormente, em 1990 surge O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) voltado para crianças com até 12 anos e adolescentes dos 12 aos 18 anos. Segundo a autora o Estatuto responsabilizou toda sociedade, além do Estado, para a proteção do seu público alvo.

Moehlecke (2013) acredita que

“[...] é importante destacar que tanto a Constituição quanto o estatuto tiveram como preocupação não apenas estabelecer direitos, mas também criar mecanismos que permitissem a responsabilização dos encarregados pela sua garantia, inclusive, para os administradores públicos”. (p.31).

Considera também, a necessidade de que toda a população, crianças, educadores e etc., conheçam melhor o Estatuto para que se posicionem também como executores dos direitos nele inscritos.

O Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH), concluído em 2006, foi considerado por Moehlecke (2013) como outro marco democrático consolidado no Brasil. Ele tem como objetivo disseminar os direitos humanos utilizando

como meio principal a educação que “[...] por sua vez, é entendida como um meio privilegiado para atuar nessa direção: ela é tanto um direito humano em si, quanto garantia para demais direitos (Brasil, 2008)”. (MOEHLECKE, 2013, p. 35)

O segundo capítulo do documento, *Reflexões sobre Violência e suas Manifestações na Escola*, escrito por Simone Gonçalves de Assis – médica, doutorada em Ciência pela ENSP da Fiocruz, pós-doutorada nos EUA pela Cornell University e atualmente pesquisadora do Claves - e Nelson Motta Marriel pesquisador da Fiocruz na linha “Vulnerabilidade e desenvolvimento infanto-juvenil” – busca uma maior aproximação com as Violências, suas causas e efeitos, procura conceituar o termo violência e contextualizá-lo nas escolas brasileiras, considerando todos os membros da comunidade escolar.

A perspectiva da Organização Mundial da Saúde (OMS) citada por Assis e Marriel (2013) acredita que as violências acontecem por meio de um fio condutor entre fatores individuais – levando em conta a história desse sujeito, personalidade, etc. - entre as relações definidas – família, amigos, parceiros próximos - entre a comunidade – vizinhos, escola, trabalho - e a sociedade – elementos mais abrangentes sobre possíveis causas de violências.

Para ajudar na compreensão e contextualização dos conceitos e classificações de violências, os autores trazem um caso real de violência de um aluno, nomeado de Luan pelos autores, em uma tentativa de agressão à sua professora Daniela, que leciona na 7ª série do Ensino Fundamental de uma escola da rede pública. Trazem também, um pouco do contexto de vida dos sujeitos envolvidos, e da organização da escola. Esses fatos ajudam o professor-leitor a refletir sobre essas situações e identificá-las de acordo com as seguintes classificações de Violência: Interpessoal, Familiar, Cultural, Autoinfligida, Comunitária, Urbana, Rural, Criminal, Coletiva, Estrutural, Simbólica, Institucional – estes serão apresentados detalhadamente no tópico a seguir.

Marilena Ristum é autora do terceiro e quarto capítulos. Mestre em Psicologia pela USP, e doutora na área da Educação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Nomeado de *Violência na Escola, da Escola e contra a Escola*, o terceiro capítulo é dividido em três partes que correspondem ao título do texto. A primeira parte é a *Violência contra a Escola* que diz respeito à depreciação do trabalho do professor e das condições as quais ele é submetido em sua atuação, considerando a estrutura do local, os arredores da instituição e os recursos disponíveis ou não para o seu desempenho; e às atividades que acontecem fora da escola, mas que interferem

diretamente nesse espaço, como o tráfico de drogas que alicia o estudante para a venda e o consumo.

Na segunda parte do texto, temos a *Violência da Escola*, que considera as situações de autoridade, poder e dominação colocando professores como autores e vítimas dos atos. Atores quando abusam do espaço que tem dentro de sala, enfatizando situações de hierarquia e domínio do conhecimento. Vítimas quando tem que se sujeitar a coordenação, gestão da instituição de ensino a qual está inserido, em referência as regras, questões burocráticas, avaliativas, etc. Essa violência é considerada por Bourdieu (1989) como Violência Simbólica.

A *Violência na Escola* conclui o terceiro capítulo, sendo aquela que acontece dentro do espaço escolar com os indivíduos que fazem parte dele. Violência de aluno contra professor, professor contra aluno, funcionário contra aluno, aluno contra funcionário, depredação do ambiente e material escolar, etc.

O conceito de *bullying* aparece no capítulo quatro, sendo uma ação que envolve abuso de poder e dominação ao outro, humilhando, agredindo verbal e fisicamente, ameaçando, etc., sem motivo, deixando a vítima com sensação de fraqueza e impotência para se defender.

Seja direto ou indireto, o bullying se caracteriza por três critérios: 1. comportamento agressivo e intencionalmente nocivo; 2. comportamento repetitivo (perseguição repetida); 3. comportamento que se estabelece em uma relação interpessoal assimétrica, caracterizada por uma dominação. (RISTUM, 2013, p.96)

A autora traz quadros onde estão inseridas pesquisas sobre os tipos de ações em escolas de vários países, inclusive no Brasil. Traz também como exemplo, uma situação real em uma escola da rede pública, com um caso grave de *bullying*, analisando o contexto das partes envolvidas no caso, e as consequências sofridas.

Atualmente o *cyberbullying* é muito comum entre os jovens, através da internet e redes sociais, que ocorrem provocações de brigas, ou exposição e divulgação de fotos constrangedoras, etc.

Marilena Ristum (2013, p. 102) caracteriza os alunos em seus papéis diante do *bullying*:

- 'Alvos ou vítimas' – os que só sofrem *bullying*;
- 'Alvos/autores' – os que ora sofrem, ora praticam *bullying*;

- ‘Autores’ – os que só praticam bullying;
- ‘Testemunhas’ – os que não sofrem nem praticam bullying, mas o presenciam e convivem em ambiente onde isso ocorre. (RISTUM, 2013, p. 102)

A autora ainda vai tratar dos fatores que influenciam a decorrência desse tipo de violência, as consequências, os contextos propícios aos atos e como última questão: “O que a escola tem a ver com isso? O que ela, escola, pode fazer?” (RISTUM, 2013, p.115).

Elaborado por Fátima Cecchetto – graduada em Ciências Sociais e doutora em Saúde Pública na UERJ, faz parte da linha de pesquisas da Fiocruz sobre gênero, sexualidade, raça e violências -, Fernanda Mendes Lages Ribeiro – Formada em Psicologia e mestra em Políticas Públicas e Formação Humana pela UERJ, é parte da equipe de pesquisas do Claves e da Fiocruz -, e Queiti Batista Moreira Oliveira que tem a mesma formação e mestrado que a autora anterior, doutoranda da ENSP e Fiocruz, pesquisadora nessas instituições e no Claves-, o quinto capítulo vai abordar o tema: *Gênero, Sexualidade e ‘Raça’: dimensões da violência no contexto escolar.*

As autoras iniciam sua fala com as questões de gênero, conceituando e contextualizando o termo. Questões como: ‘essa cor é de menino’, ‘brincar de boneca é coisa de menina’, estão naturalizadas e implícitas no nosso dia a dia, considerando uma bagagem cultural que foi construída ao longo da história.

A diferença entre os sexos existe em todos os tipos de sociedades, sendo mais antiga do que elas próprias. As diferenças de gênero emergem das relações humanas, mediadas pela cultura, em que encontramos aprendizados diferentes para homens e mulheres. (CECCHETTO; RIBEIRO; OLIVEIRA, 2013, p. 122)

Ao decorrer do capítulo, uma discussão será levantada sobre os contextos em que as questões de gênero estão inseridas – família, escola, brincadeiras, trabalho, esportes e etc., e também sobre os atos de violência – racismo, homofobia, entre relações afetivas, e outros... - que acontecem principalmente no ambiente escolar, derivados dessas questões.

O sexto capítulo irá discutir sobre o tema: *Quando a Violência Familiar Chega até a Escola.* Foi elaborado pelas autoras Gabriela Franco Dias Lyra – Assistente Social, pesquisadora e colaboradora do Claves - ; Patrícia Constantino que é formada em Psicologia e doutora em Ciências pela ENSP e Fiocruz, é também pesquisadora e

colaboradora do Claves; e Ana Lúcia Ferreira graduada em Medicina pela ENPS da Fiocruz e professora do Departamento de Pediatria da UFRJ.

O corpo do texto é constituído por uma discussão sobre os fatos e as consequências que a violência familiar pode causar sobre a escola. Há uma contextualização sobre características que constituem uma família, de acordo com a história e com sua organização nos dias atuais.

As autoras abrem a discussão sobre a violência familiar e sua interferência na vida da criança e do adolescente, e conseqüentemente em sua educação:

As principais vítimas da violência familiar são crianças, adolescentes, mulheres e idosos, configurando violação de seus direitos. Em muitos casos, a violência familiar ameaça o direito à educação, ao desenvolvimento, à saúde e até mesmo à sobrevivência. (LYRA; CONSTANTINO; FERREIRA, 2013, p.151).

Para situar o leitor-professor, é abordado no texto quais os principais atos de violência familiar: violência física, violência psicológica, negligência e abandono e violência sexual. Posteriormente, é discutido o papel da escola nesses casos, sendo considerado pelas autoras, importante o olhar atento e a intervenção do professor e dos gestores em comunhão com a família e a criança/adolescente, para que essa situação seja resolvida.

“Entretanto, tal como acontece com profissionais de outras áreas, em maior ou menor grau, estas funções nem sempre são efetivadas pelos professores por medo do envolvimento em conflitos de família, considerados ‘particulares’, por receio de represálias, por despreparo técnico e emocional e por não-reconhecimento de seus papéis na rede de atenção” (LYRA; CONSTANTINO; FERREIRA, 2013, p. 163)

Também é discutido nesse capítulo, como deve proceder ao cuidado com a criança que é vítima da violência familiar, e como a escola atua nesses casos:

O planejamento para a ação precisa ser decidido em equipe, inicialmente dentro do próprio espaço da escola. Para isto, é desejável que haja formação dos professores e de outros profissionais da escola para lidar com maus-tratos. (LYRA; CONSTANTINO; FERREIRA, 2013, p. 166)

Com o título *Reflexões sobre Promoção da Saúde e Prevenção da Violência na Escola*, o sétimo capítulo do documento, que foi escrito por Joviana Quintes Avanci, Psicóloga e doutora em Ciências pela Fiocruz, vinculada ao Claves da ENSP e decorrência de seu pós-doutorado na área das violências contra crianças e adolescentes; pela também Psicóloga Renata Pires Pesce, que possui a mesma formação que a anterior; e pela autora já citada no capítulo seis Ana Lúcia Ferreira; vai falar sobre as consequências no desenvolvimento de crianças e adolescentes vítimas da violência, já que é nessa etapa da vida do indivíduo que as experiências mais relevantes, tanto boas quanto ruins, deixam cicatrizes por toda uma vida.

A violência é uma experiência de vida muito particular e especialmente difícil. A criança e o adolescente, por sua vez, são bastante vulneráveis aos efeitos negativos dela decorrentes. Como já foi dito em capítulos anteriores, as várias formas de violência podem acarretar danos físicos, emocionais, psicológicos e cognitivos, alterando a sensibilidade da criança ou do adolescente ou a forma de eles lidarem com os problemas (AVANCI; PESCE; FERREIRA, 2013, p.179).

O papel da escola e do professor na tentativa de reduzir os danos causados pela violência, também é abordado no texto, levando em conta um olhar mais atento à cada aluno e suas relações na escola para aumentar as chances de constatar alguma vítima e pensar em alguma forma de ajudá-la.

As consequências que podem ser observadas pelos membros das escola são especificadas pelas autoras como a violência que gera marca e lesões no corpo, a que ocasiona danos emocionais, de comportamento e cognitivos e o uso de drogas. Todo esse texto é permeado por exemplos de histórias verídicas com situações de violência.

Pra finalizar o capítulo, as autoras falam sobre medidas de prevenção às violências e proteção as crianças e adolescentes, promovendo saúde dentro das escolas, que deve envolver toda a comunidade escolar.

“Professores dedicados à infância e à adolescência precisam ter acesso à aprendizagem de medidas favoráveis e protetivas capazes de auxiliar uma criança ou um jovem a resistir às situações adversas, de forma singular, específica e adequada. Seu papel deve se estender ao ambiente familiar e comunitário quando se trata de proteger seus alunos. Nesse sentido os pais são de extrema relevância no papel de tutores de resiliência, e

incluí-los nas intervenções aumenta a efetividade de qualquer ação proposta pelo educador” (AVANCI; PESCE; FERREIRA, 2013, p.198).

A médica Ana Lúcia Ferreira é a autora do oitavo capítulo que leva o nome *Escola e a Rede de Proteção de Crianças e Adolescentes*. Neste capítulo do documento será abordada a relação das escolas com outras áreas que trabalham para a proteção de crianças e adolescentes contra a violência.

O texto enfatiza que em casos de suspeita ou comprovação de que algum aluno possa estar sofrendo maus-tratos, a escola deve entrar em contato com uma rede de serviços que auxiliam no processo de resolução do problema.

A escola é mediadora de casos de violência ao solicitar serviços da saúde, por exemplo, psicólogos, pediatras, ginecologistas, que possam identificar marcas de possíveis agressões físicas e/ou traumas cognitivos. Outros órgãos também podem ser acionados pela escola, como o Conselho Tutelar e o meio Judiciário.

Para que a proteção de crianças e adolescentes seja efetiva, é necessário que haja uma colaboração entre as redes disponíveis.

O trabalho em rede é um mecanismo eficaz para a interrupção da violência, favorece uma visão ampliada das situações, permite que se planejem ações integradas e é uma forma de compartilhar responsabilidades sobre os casos, permitindo que cada setor atue com foco nas questões que lhe cabem. (FERREIRA, 2013, p.204)

Para finalizar, o último capítulo do livro, *Elaborando um Projeto de Intervenção Local para Enfrentar a Violência na Escola*, escrito por Cleide Leitão - graduada em Ciências Sociais e mestra em Educação pela UERJ, compõe a equipe de coordenação pedagógica da ENSP da Fiocruz - vai tratar sobre as possibilidades de intervenção em casos de violência, com base em uma prática pedagógica que tem como objetivo prevenir a violência com crianças e adolescentes. O capítulo vai mostrar ao leitor-professor, diretrizes para que essa intervenção ocorra de forma que os contextos envolvidos sejam analisados e considerados em sua plenitude.

Um projeto para realizar com as crianças é uma sugestão da autora para o professor:

“Da mesma forma que o diagnóstico e a análise do contexto local partem do território no qual a escola se situa, o plano de intervenção deve ser proposto a partir da realidade concreta. O (A) professor(a) no planejamento seleciona e escolhe um tema relevante, significativo para seus alunos e propõe ações e atividades de intervenção na realidade local, trabalhando conhecimentos, valores, habilidades e atitudes que intenciona desenvolver no projeto” (LEITÃO, 2013, p. 247).

De forma prática e direta o capítulo nove conclui o documento, propondo ao professor atividades que podem ser trabalhadas de acordo com o seu contexto profissional.

1.2 O contexto das Violências e suas qualificações no espaço da escola, e as medidas de proteção às crianças e adolescentes vítimas dessas ações.

Ao conceituar as violências como um “[...] fenômeno complexo e multicausal”, Assis e Marriel (2013, p.41) compreendem essas ações como consequência de relações sociais, que ocorrem em diferentes contextos e se manifestam nas mais diversas formas. Esses mesmos autores, que escreveram o capítulo dois do documento *Impactos da Violência na Escola: Um Diálogo com Professores*, trazem ao leitor-professor um exemplo de uma situação real de violência envolvendo todos os membros da comunidade escolar, para a melhor compreensão das qualificações e caracterizações das formas de violências.

É o caso de Luan, nome fictício adotado pelos autores, aluno do 7º ano do Ensino Fundamental, tem 13 anos, e está causando preocupação à professora Daniela por causa de seu desleixo com as atividades propostas e por causa de seu comportamento agressivo dentro da escola, inclusive dentro de sala com os materiais, com os colegas e com a própria professora. A situação teve seu agravante quando Luan não quis acatar um pedido da professora para que ficasse em silêncio, e retribuiu com xingamentos e uma tentativa de agressão. Os colegas de sala tiveram que interceder e levá-lo para fora enquanto a professora Daniela tentava se acalmar. Ela já sabia do comportamento de Luan através de relatos de outros professores e isso normalmente acontecia com profissionais do sexo feminino, mas não imaginava que pudesse chegar a tal ponto. Foi também por meio de conversas com seus colegas de profissão que Daniela ficou sabendo da história de Luan, que vive com seu pai e seu irmão em uma comunidade aos

arredores da escola. Brigas entre os pais, tentativa de suicídio da mãe e o abandono da mesma, são capítulos que fazem parte da vida do menino. O pai, que já havia sido chamado à escola outras vezes por conta do comportamento de Luan, afirmou que não tem o que fazer, pois trabalha durante o dia e os meninos ficam sozinhos durante muito tempo em casa e na comunidade depois que chegam da escola. Diz temer uma possível relação dos filhos com as drogas e com os traficantes da região. Daniela reflete então sobre as possibilidades que a escola poderia oferecer para Luan e para os outros alunos, mas desanima ao se dar conta que a escola está sem recursos básicos para o dia a dia, sem estrutura e física, sem gestão fixa e situada em uma área violenta, ou seja, sem condições ideais para o trabalho dos professores e para a aprendizagem das crianças.

O desafio de analisar e lidar com as violências nas escolas “[...] demanda tanto o reconhecimento da especificidade das situações como a compreensão de processos mais abrangentes que produzem a violência como um componente da vida social e das instituições, em especial da escola, na sociedade contemporânea” Sposito (2004: 163), citado pelos autores Assis e Marriel (2013, p.44), que vão trazer ao leitor-professor alguns conceitos e classificações das violências que se tornam essenciais para o entendimento das mesmas.

A *Violência interpessoal* é aquela que envolve pessoas de uma mesma comunidade - escola, trabalho, etc. - e/ou família. “A *violência dos estudantes se manifesta por meio de situações como: vandalismo, pichações na parede, xingamentos e agressões físicas a professores, indisciplinas no recreio e roubos no ambiente escolar*”. (ASSIS; MARRIEL, 2013, p.46).

Sendo a violência interpessoal a que mais ocorre dentro das escolas, os autores sentem a necessidade de citar Debarbieux (2002) que apresenta três novas terminologias que se incluem nesta ação: i) incivildades: são comportamentos de má-criação, que quebram regras de convivência e boas-maneiras; ii) intimidação: quando o autor não é punido, sendo sua ação repetitiva e causando aflição e o sentimento de abandono naqueles que a sofrem; iii) indisciplina: atos que compõe um cenário sem controle de regras, onde os autores negam e se privam das mesmas.

A *Violência familiar* é a ação que acontece dentro do ambiente, nas relações e na comunicação dos membros de uma família – pai, mãe, irmão, padastro, madastra, avós, tios, etc.

A *Violência cultural* é a expressão da discriminação e preconceito sobre modos de pensar e agir, crenças, etnia, raça, deficientes, idosos, opção sexual, crianças,

adolescentes e etc., ou seja, todos aqueles que são diferentes do ponto de vista do violentador, que julga por algum motivo serem merecedores dessa discriminação, dessa violência.

Retomando a história de Luan, os autores tipificam a situação da mãe do garoto como *Violência autoinfligida*, que se define por práticas de violência e atentados ao próprio corpo e até mesmo a própria vida, como o suicídio.

A violência que ocorre aos redores da localidade da escola também é classificada pelos autores de várias formas:

-‘Violência comunitária’: a que ocorre no ambiente do bairro de moradia, incluindo as escolas.

-‘Violência urbana’: a que ocorre no espaço sociogeográfico das cidades e que é associada à sua formação histórica e social.

-‘Violência rural’: a que tem como contexto as desigualdades, as opressões e a dominação no campo.

-‘Violência criminal’: agressão grave às pessoas, por atentado à sua vida e a seus bens e constitui objeto de prevenção e repressão por parte das forças de segurança pública – polícia, ministério público e poder judiciário.

-‘Violência coletiva’: violência cometida por grupos maiores de indivíduos ou pelo Estado. Corresponde ao uso da violência por pessoas que se identificam como membros de um grupo, seja ele transitório ou com identidade mais permanente, contra outro grupo ou ajuntamento de indivíduos, visando a alcançar objetivos políticos, econômicos ou sociais (Krug et al., 2002). (ASSIS; MARRIEL, 2013, p.52)

Pesquisas citadas pelos autores comprovam a influência que a comunidade do entorno da escola exerce sobre a mesma. Outros dados mostram a insegurança desses espaços de aprendizagem ao relatar invasões, roubos de materiais, atentados e agressões contra os membros escolas – professores, funcionários, alunos e gestores, dentro deste mesmo espaço.

Todas essas ações influenciam no desenvolvimento da escola como um todo, assim como aconteceu em uma experiência de Estágio Obrigatório do curso de Pedagogia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), nos anos iniciais de uma escola da rede pública do Estado de Santa Catarina no ano de 2013, onde após uma briga nos arredores da escola, envolvendo familiares de alunos da mesma, resultou em um confronto entre as comunidades. Tiroteios nas comunidades foram narrados pelos

alunos nos dias que seguiram, além da relação de vingança que foi estabelecida envolvendo os alunos parentes daqueles que fizeram parte do conflito e que tentaram invadir a escola para efetivar sua vingança. Charlot (2002, p. 433) constata que “[...] há alguns anos, a um aumento no número de “intrusões internas” na escola: trata-se, por vezes da entrada nos estabelecimentos escolares, até mesmo nas próprias salas-de-aula, de bandos de jovens que vêm acertar, na escola, contas das disputas nascidas no bairro”.

As consequências dessa violência não se limitaram dentro do espaço da sala - com os alunos envolvidos -, mas também os profissionais da educação estavam em estado de alerta e tensão. Alunos dispensados antes do término da aula, pais indo buscar seus filhos na porta da sala, professores nervosos tentando manter a calma de seus alunos que estavam agitados, amedrontados e chorosos com o que poderia acontecer na volta pra casa. Ou seja, toda a comunidade escolar muda sua rotina, para tentar minimizar a situação e proteger de alguma forma as pessoas que não estavam envolvidas na situação.

A *violência estrutural* é conceituada por Assis e Marriel como aquela que se refere às diferenças “*culturais, de gênero, etárias e étnicas que produzem a miséria, a fome e as várias formas de submissão e exploração de umas pessoas pelas outras*” (2013, p.54). Portanto, as desigualdades sociais são consideradas formas de violência contra aqueles que estão excluídos da sociedade e vivem em condições precárias de sobrevivência.

Nas escolas existe uma grande variedade de contextos sociais, culturais e econômicos entre os alunos, incluindo as diferenças nos tempos e modos de aprendizagens dos mesmos. É possível constatar a dificuldade para efetivar essa aprendizagem como consequência da desigualdade social e do descaso às instituições de ensino público, considerando a falta de estrutura física de lazer, e até mesmo dentro das salas de aula e laboratórios e de materiais didáticos disponíveis. Em casos de violência, como a situação de Luan, as escolas também se mostram precárias em possibilidades de solução para os mesmos. A gestão escolar juntamente com os professores deve trabalhar para que o ato não seja resolvido apenas com uma punição referente às regras da escola, mas sim um trabalho que visa o desenvolvimento das relações do aluno com seus colegas, professores, etc., e de suas aprendizagens.

Abre-se então, outras categorias como a *violência institucional* e a *violência simbólica*. A primeira diz respeito as ações citadas acima, onde regras, normas, modo de organização, falta de materiais para todos, constituem uma estrutura precária e

contraditória - pois há uma cobrança sem meios para que seja alcançada - ao ensino. A segunda completa a anterior ao refletir ações de poder e discriminação, de uma autoridade que passa a ser contestada dentro de instituições como a família e a escola, e que durante a ditadura se torna algo imposto por métodos educacionais tecnicistas.

Alguns fatores que facilitam a efetivação das violências nas escolas são levantados por Assis e Marriel (2013, p.57 e 58) em uma citação de Fernández (2005):

- a) ênfase em rendimento escolar e o pouco tempo destinado à atenção individualizada a cada aluno, facilitando o fracasso escolar;*
- b) discrepância de valores culturais de grupos étnicos ou religiosos e os da escola;*
- c) hierarquização rígida da relação professor e aluno, criando dificuldades de comunicação;*
- d) dimensões da escola e elevado número de alunos, levando à massificação do ensino e à dificuldade de criação de vínculos afetivos e pessoais entre alunos e adultos da escola;*
- e) dificuldades nas formas de distribuição de espaços, organização do tempo e conteúdos coerentes com o contexto da aula e de vida dos jovens;*
- f) relações interpessoais fragilizadas entre educadores, entre alunos e entre estes dois atores.*

Segundo Bernard Charlot (2002, p. 436) é evidente que os alunos não são os únicos autores e atores dos casos de violências nas escolas, “[...] o que está em jogo é também a capacidade de a escola e seus agentes suportarem e gerarem situações conflituosas, sem esmagar os alunos sob o peso da violência institucional e simbólica”.

Diante desses apontamentos, sente-se necessidade de conhecer quais são os recursos e os procedimentos que a escola pode utilizar para a proteção de crianças e adolescentes no contexto das violências? A que órgãos públicos pode-se recorrer e qual papel cada um pode exercer diante desses casos? É o que Ana Lúcia Ferreira irá apresentar no oitavo capítulo do documento que está sendo analisado neste Trabalho de Conclusão de Curso.

Para que as vítimas de violências consigam superar seus traumas e minimizar as consequências obtidas após os maus-tratos, sejam eles quais forem, vê-se a importância de um atendimento que abarque vários setores além do apoio dado pela escola. Esse atendimento é caracterizado pela autora como uma Rede de Proteção ao público infanto-juvenil. A ligação que une escola e saúde como exemplo de um trabalho em rede, se dá pelos profissionais da psicologia, pediatria, neurologia, ginecologia, que normalmente são acionados em casos de violência. Porém, o papel da saúde é limitado, assim como o da educação, na tentativa de resolução ou minimização das situações, já que não há

aparato legal que possa responsabilizar o violentador. “Uma iniciativa a ser utilizada pela escola para acionar as ações de proteção e responsabilização é a notificação ao Conselho Tutelar” (FERREIRA, 2013, p. 208).

Ao apresentar o Conselho Tutelar ao leitor-professor, a Ferreira (2013, p. 209) destaca aspectos importantes sobre sua estrutura organizacional e funcional, como por exemplo “*o seu papel na sociedade definido pelo ECA: “é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente” (Brasil, 2002)* como também, a informação de que para fazer parte do conselho não é preciso ter formação em área específica relacionada ao seu objetivo, mas quando necessário terá apoio de uma equipe pedagógica, com psicólogos, assistentes sociais, que irão auxiliar em casos de intervenção.

O contato do Conselho Tutelar com a Escola se dá quando um precisa do outro, seja para solicitar apoio da equipe pedagógica ou para identificar algum aluno vítima de maus-tratos dentro daquele espaço, ou quando a escola precisa de um meio direto de proteção à criança e adolescente que leciona na instituição.

A notificação ao conselho deve ser motivada por uma suspeita ou comprovação da violação dos direitos do público infanto-juvenil. Em nosso país há dificuldades por parte dos profissionais da educação em reconhecer seu papel como indivíduo que deve notificar o conselho em casos como esse. Há também a falta de formação dos professores que não sabem reconhecer aspectos de maus-tratos e/ou não tiveram contato com o documento do ECA, deixando de cumprir uma das principais funções da escola, pois, de acordo com a Ferreira (2013, p. 214), “cabe também a ela assegurar o cumprimento dos direitos da criança e do adolescente promovendo a prática da cidadania e da participação dos meninos e meninas, além de notificar, por exemplo, casos de suspeita ou confirmação de maus-tratos ao Conselho Tutelar”. (Unicef)

Vê-se necessária uma parceria entre os órgãos de proteção à criança e ao adolescente, pois as informações do ocorrido ou da suspeita devem ser claras para que trabalho conjunto seja mais efetivo quando se trata do momento da intervenção.

O setor judiciário também pode ser acionado pela Escola ou pelo próprio Conselho Tutelar, caso seus recursos não tenham sido suficientes para a confirmação dos seus objetivos. Em casos que abarcam tantas parcerias é necessário que a Escola reconheça e identifique o papel de cada uma delas na sociedade e seus projetos que visam à proteção de seus alunos, sendo este o objetivo comum entre as redes.

2. CAMINHOS DA PESQUISA

2.1. Análise documental: perspectiva para pesquisa

Para amparar a pesquisa sobre o contexto das violências na formação de professores, com base no documento do Ministério da Educação e Cultura (MEC) em parceria com a Fiocruz, *Impactos da Violência nas Escolas: Um Diálogo com Professores*, foi adotada uma metodologia de identificação, reconhecimento e análise do livro.

Indo ao encontro da presente pesquisa, denotam-se fragmentos do livro *Caminhos Investigativos I: Novos Olhares na Pesquisa em Educação* onde o olhar do pesquisador é comum ao do professor em formação, pois segundo a autora do livro Marisa Vorraber Costa (2007) em sua introdução, são as relações políticas e sociais que constituem o indivíduo e é a partir delas que podemos buscar o conhecimento.

A busca pelo conhecimento muitas vezes se caracteriza por uma busca pela verdade e pelo o que é certo diante daquilo em que acreditamos, pois há uma influencia da sociedade que dificulta o encontro com novas problematizações para determinado tema, considerando que a metodologia de pesquisa tem nela implícita nossas crenças e razões que nos fazem enxergar somente o que nossos olhos determinam.

Ao apresentar os autores que dialogam no livro, Costa (2007) considera Jorge Larrosa e Veiga-Neto quando falam sobre experiência da formação através da leitura, onde “não se deve tentar determinar sua verdade, mas acolher aquilo que tem de impensável e abrir à transformação” (COSTA, 2007, p.21).

Alfredo Veiga Neto (2007, p. 24) em seu capítulo no livro, faz uma metáfora com o *olhar*:

As metáforas ligadas à visão têm sido muito importantes na nossa tradição cultural, na medida em que a visão tem sido celebrada enquanto sentido privilegiado capaz de fazer uma mediação acurada e fidedigna entre nós e a realidade, ou seja, mostrar como é *mesmo* o mundo.

A pesquisa em Educação tem como principal metodologia a *desconfiança ocular* em todos os contextos, onde o primeiro olhar é visto com receio e com base em um

pensamento crítico que “[...] busca desideologizar, ou seja, que busca ver além das aparências imediatas, os quais seriam invertidas, ofuscantes, enganosas, etc., e que busca, também, ver nas regiões de sombra que não se revelam ao primeiro olhar” (VEIGA-NETO, 2007, p.28)

O objetivo de Veiga-Neto (2007) com esse texto, foi o de contribuir para que o profissional da educação não aceite aquilo que lhe é imposto como certo e errado, como verdade e mentira sem problematizá-las e questioná-las, ou seja, sem acreditar em outras possibilidades, pois é essa influência do pensamento moderno e Iluminista que alimenta as questões de dominação e preconceito racial, étnico, religioso, de gênero, em todos os cenários que constituem nossa sociedade.

Com o pensamento pós-moderno, novas possibilidades e tendências, ideologias e pensamentos são consideradas em todas as áreas de conhecimento, contestando e questionando a teoria Iluminista e sua busca pela razão, fazendo com que aqueles que a adotam comprovem e representem sua existência.

Sendo assim, o papel do educador passa a ser o de pesquisador e investigador quando se vê diante de tantas possibilidades e quando seu *olhar* capta os inúmeros contextos e suas perspectivas.

2.2. Os Enunciados das Violências no Contexto do Livro e a Escolha metodológica para a fundamentação da pesquisa

O livro que foi base para esta pesquisa apresenta ao leitor-professor enunciados que abrangem conceitos, classificações e contextos das violências. É possível perceber que o foco das questões declaradas são as crianças e os adolescentes, mas que todos os cenários da sociedade estão envolvidos: a escola, a família, órgãos públicos como a saúde e o setor judiciário, e etc.

Dentre os enunciados das violências apresentados no livro, a violência em direitos humanos vai tratar sobre as leis e os órgãos de prevenção e proteção de crianças e adolescentes, como o Estatuto da Criança e do Adolescente e o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, por exemplo. Aborda também questões referentes à promoção de uma cultura de Direitos Humanos dentro das instituições de ensino, para que essa cultura seja vivida pelos alunos e reproduzida pelos mesmos em suas relações com a sociedade, assim como afirma Moehlecke (2013):

A defesa, proteção e promoção de educação em direitos humanos exige que as escolas e as demais instituições públicas assumam um compromisso permanente com o fortalecimento de uma cultura de direitos humanos, consolidando o Estado Democrático de direito e contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população brasileira. (p. 37)

A efetivação dos Direitos Humanos nas práticas institucionais é essencial para a promoção de uma cultura de respeito e conhecimento a esses direitos, é preciso partir das relações estabelecidas entre os sujeitos que compõem a escola – alunos, professores, funcionários, gestão, etc. -, da sua organização – regras, horários, entre outros -, para que as relações de ensino-aprendizagem ocorram com base nessa cultura.

O *bullying* também é discutido no documento, contextualizado na escola e definido pela autora Marilena Ristum (2013)

[...] como abuso de poder físico ou psicológico entre pares, envolvendo dominação, prepotência, por um lado, e submissão, humilhação, conformismo e sentimentos de impotência, raiva e medo, por outro (p. 95).

Neste mesmo texto, a autora traz variadas formas que o *bullying* assume – como o *cyberbullying* que ocorre por meio da internet e dos aparelhos que estão conectados, com publicações que expõem a vítima ou com provocações e ameaças -, as possíveis características da vítima e do violentador dentro das escolas, a frequência com que acontecem e como essas ocorrências já estão naturalizadas dentro do ambiente institucional, suas causas e consequências e as providências que a escola pode tomar diante de casos de *bullying*.

A relação das violências com a saúde se dá em casos onde aparecem no corpo da criança e do adolescente, lesões decorrentes de agressão, e/ou uma mudança no comportamento e no cognitivo desse sujeito. O professor ganha como função o olhar atento aos seus alunos para detectar possíveis casos como esses, para então recorrer às alternativas de proteção das vítimas, mediando a situação juntamente com os membros da gestão escolar, familiares e até mesmo acionando profissionais da saúde caso seja necessário. Para que seja promovida a saúde dentro das escolas, é necessário que toda a comunidade esteja motivada a prevenir crianças e jovens e protegê-los das violências.

É a partir do apoio social recebido seja na escola, seja na família, seja na comunidade, que o jovem fortalece sua capacidade de reconhecer e efetuar trocas relacionais, o que lhe proporciona uma base estável ao longo da vida. O sentimento de se sentir apoiado precisa ser formado, mantido e renovado a cada dia. (AVANCI; FERREIRA; PESCE, 2013, p.195)

O tema que envolve a violência e sua relação com gênero, raça e sexualidade, aborda os conceitos desses termos diante, principalmente, do contexto escolar e dos diversos cenários ao seu redor. As diferenças entre sexo e gênero – sendo o sexo um fator biológico que determina a anatomia dos corpos do homem e da mulher, e gênero “[...] como uma criação cultural e social de papéis sexuais” (CECCHETTO; RIBEIRO; OLIVEIRA, 2013, p.123) -, assim como os casos de violência decorrentes de relações afetivo-sexuais entre os jovens, a homofobia e o racismo - que são violências identificadas como discriminação social - são apresentadas e exemplificadas pelas autoras que trazem estratégias para combater esses atos.

É preciso trabalhar sempre questionando práticas baseadas em preconceitos e discriminações, como a homofobia, racismo, sexismo e machismo. E para isso será necessária a contribuição dos estudantes e da comunidade escolar [...]. (CECCHETTO; RIBEIRO; OLIVEIRA, 2013, p. 144)

Após a análise desses enunciados, a escolha metodológica para fundamentar a presente pesquisa se deu através das indagações que surgiram através da leitura e do interesse de conhecer e aprofundar o tema do capítulo cinco - *Gênero, Sexualidade e ‘Raça’: Dimensões da Violência no Contexto Escolar* - do documento que está sendo apresentado.

Justifica-se então, a escolha desse capítulo, pelos questionamentos inquietações suscitadas , como por exemplo: O que as terminologias gênero, raça, sexualidade e homofobia, significam?; Que tipos de violências envolvem esses enunciados?; Em que contextos ocorrem essas violências e quem são os envolvidos?; Quais estratégias os educadores podem adotar para a mediação e possível solução de casos de violência e discriminação social?; entre outras que despertaram o interesse para que a pesquisa fosse aprofundada e fundamentada neste trabalho de conclusão de curso.

3. VIOLÊNCIAS, GÊNERO E SEXUALIDADE NO CONTEXTO DA ESCOLA.

Neste capítulo serão abordados conceitos essenciais para o aprofundamento da pesquisa. Com base no capítulo cinco do livro que está sendo apresentado neste trabalho, será feita uma análise com o tema das Violências em relação com Gênero e Sexualidade – as questões que envolvem o racismo, que são abordadas no livro, não serão explicitadas nesse texto por motivo de escolha metodológica -, dialogando com outras fontes que irão ampliar a pesquisa, começando pelos conceitos pontuais desses enunciados e de suas variáveis.

O documento do MEC/Fiocruz, objeto de análise dessa pesquisa, apresenta o tema gênero a partir da sua relação com sexualidade no capítulo cinco, onde as autoras Cecchetto, Ribeiro e Oliveira (2013, p.123) utilizam da citação seguinte para conceituá-los:

O ‘conceito de gênero’ diz respeito ao conjunto das representações e práticas culturais e sociais constituídas a partir das diferenças biológicas entre os sexos. É comum confundir os conceitos de ‘sexo’ e ‘gênero’. Enquanto sexo diz respeito, basicamente, ao aspecto anatômico dos corpos, o conceito de gênero toma por base noções como masculino e feminino em relação, como atributos socialmente construídos. Ou seja, sexo, está ligado às características biológicas entre ‘macho’ e ‘fêmea’ de determinada espécie; e gênero diz respeito à construção cultural e histórica, ou seja, emerge das relações sociais e dependem das interpretações culturais (Heilborn, 1994; Oakley, 1972; Lane, 1995; Scott, 1995).

Guacira Lopes Louro (1997) no texto “A Emergência do Gênero” retirado do livro *Gênero, Sexualidade e Educação: Uma perspectiva pós- estruturalista*, comenta a relação de gênero e sexo:

“[...] não há, contudo, a pretensão de negar que o gênero se constitui com ou sobre corpos sexuados, ou seja, não é negada a biologia, mas enfatizada, deliberadamente, a construção social e histórica produzida sobre as características biológicas.” (LOURO, 1997, p. 22)

Louro (1997) ainda afirma que “[...] é no âmbito das relações sociais que se constroem os gêneros” (p.22), e vincula o gênero como parte da identidade do sujeito,

assim como suas características étnicas, crenças religiosas, classe econômica, etc., que são mutáveis e relativas ao momento histórico-social-cultural em que vive, ou seja, vai além do desempenho de papéis do homem e da mulher criados historicamente.

Pensando a formação da identidade como uma construção e transformação constante, Louro (1997) destaca duas expressões que se confundem entre si ao mesmo tempo em que se complementam: a identidade sexual e a identidade de gênero. A primeira diz respeito à forma como o sujeito se relaciona através da sua sexualidade com outros parceiros ou não; a segunda expressão vai ao encontro das relações de feminino e masculino produzidas pela sociedade, e como o sujeito se identifica e age dentro desses conceitos. Portanto,

Sujeitos masculinos ou femininos podem ser heterossexuais, homossexuais, bissexuais (e, ao mesmo tempo, eles também podem ser negros, brancos ou índios, ricos ou pobres etc.). O que importa aqui considerar é que – tanto na dinâmica do gênero quanto na dinâmica da sexualidade – as identidades são sempre *construídas*, elas não são dadas ou acabadas num determinado momento. (LOURO, 1997, p.27)

Pode-se perceber então que as concepções de gênero atuais vão à frente daquilo que está posto no livro do MEC/Fiocruz – apesar de ser um documento atual - onde há uma limitação ao conceito que considera apenas a relação binária entre os sexos ou os papéis sexuais do homem de mulher, desconsiderando as diversas identidades existentes e adotando ao conceito uma perspectiva que está dentro da “normalidade”, do “padrão” culturalmente criado para enaltecer o homem em seu papel masculino e heterossexual e a mulher em sua feminilidade heterossexual.

Apesar de ser um livro/documento direcionado aos professores, o capítulo cinco objeto de análise não abrange o tema para as práticas pedagógicas que compõem o dia a dia do professor com seus alunos, apenas conclui em suas considerações finais que o professor deve antes superar seus próprios preconceitos para que não promova ações de discriminação e segregação, ou seja, violências de gênero e sexualidade com seus alunos. As autoras tratam isso como um desafio:

Sabemos também do desafio que é construir práticas comprometidas com os direitos humanos a favor da promoção da vida e da saúde e contra toda forma de discriminação e violência, pois, nós adultos, frequentemente, temos atitudes preconceituosas e nos sentimos

vulneráveis, impotentes e tristes em face daqueles que também sofrem. (CECCHETTO; RIBEIRO; OLIVEIRA, 2013, p.143-144)

E lançam a questão:

Como reconhecer a violência de gênero [...] se muitas vezes nós mesmos as cometemos ou somos vítimas delas? (CECCHETTO; RIBEIRO; OLIVEIRA, 2013, p.144)

3.1. Contribuições a partir do conceito de diferença para pensar as violências e as relações de gênero

A necessidade de falar sobre o conceito de diferença ocorre quando é enfatizado no documento do MEC/Fiocruz que o gênero é aquilo que diferencia o papel do homem e da mulher a partir das relações com o social, restringindo o conceito à uma relação binária de masculino-feminino. Essa concepção vai ao confronto de Louro (2008) quando cita a si mesma e diz que:

No terreno dos gêneros e da sexualidade, o grande desafio, hoje, parece não ser apenas aceitar que as posições se tenham multiplicado, então, que é impossível lidar com elas a partir de esquemas binários (masculino/feminino, heterossexual/homossexual). O desafio maior talvez seja admitir que as fronteiras sexuais e de gênero vêm sendo constantemente atravessadas e – o que é ainda mais complicado – admitir que o lugar social no qual alguns sujeitos vivem é exatamente a fronteira (LOURO, 2004)

Essas questões são vistas como desafio em decorrência de fatores sociais, econômicos e culturais que criaram representações do que é visto como certo e errado, do que é normal e do que é diferente. A norma, de acordo com Louro (2008) é a referência a que devemos seguir, é relacionada às questões do poder, mas não é ditada por alguém, é vivida por todos aqueles que fazem parte de determinada sociedade. A diferença seria então aquilo que está fora do acordo da norma, aquilo que está sempre em relação com o outro, “[...] ela é atribuída a um sujeito (ou a um corpo, uma prática, ou seja lá o que for) quando relacionamos esse sujeito (ou esse corpo ou essa prática) a um outro que é tomado como referência” (LOURO, 2008, p. 22), quando o associamos com a norma.

Outro conceito de diferença aponta para uma mesma discussão quando Skliar (2003, p. 43) cita Hopenhayn (1999, p.129):

a diferenciação, pensada como diferença operando ou acontecendo [...], é ato de deslocamento plural entre muitas alternativas de interpretação, mas também é ato de posicionamento singular frente a essa luta de interpretações possíveis.

A relação binária atribuída ao gênero no capítulo cinco do documento de análise justifica-se pelas diferenças culturais existentes em nossa sociedade, apontando o sexo como fator biológico e gênero como os papéis concedidos a esse fator em acordo com as influências do meio os quais homens e mulheres são criados e estão inseridos. As autoras do capítulo, dão como exemplo as relações construídas na família com as crianças onde impõem-se regras que diferenciam o papel do menino e da menina em brincadeiras como “boneca é coisa de menina”, ou nos esportes onde o “futebol é para meninos”, e até mesmo nas expectativas de profissões para o futuro de seus filhos.

Dessa forma, Cecchetto, Ribeiro e Oliveira (2013) acabam por limitar o conceito de gênero, dando a ele, assim como aos homens e as mulheres, apenas um papel o qual deve seguir. A esses papéis é atrelado o caráter machista, onde ainda na sociedade atual as qualificações do homem e da mulher são diferenciadas pela depreciação da mulher. Em um exemplo citado pelas autoras, uma aluna – nomeada de Diana - pede ajuda à gestão da escola pois seu ex namorado quer agredi-la pela confusão que fez com a atual namorada do rapaz, e tanto Diana quanto a professora justificaram a violência do mesmo por ser homem e usar a força para resolver seus problemas.

Essa lógica onde o homem é visto como o mais forte e o detentor do poder, vai de encontro com Louro (1997) quando toma por base um artigo de Joan Scott (1986) e justifica a concepção de gênero imposta pela sociedade através de uma lógica dicotômica que

[...] implica um polo que se contrapõe a outro (portanto uma ideia singular de masculinidade e de feminilidade), e isso supõe ignorar ou negar todos os sujeitos sociais que não se “enquadram” em uma dessas formas. (p. 34)

Acredita-se que os discursos sobre as diferenças entre os gêneros vão além do machismo e do feminismo, pois atualmente não há uma identidade definida para os sexos feminino e masculino. Está certo que

A construção dos gêneros e das sexualidades dá-se através de inúmeras aprendizagens e práticas, insinua-se nas mais distintas situações, é empreendida de modo explícito ou dissimulado por um conjunto inesgotável de instâncias sociais e culturais. É um processo minucioso, sutil, sempre inacabado. Família, escola, igreja, instituições legais e médicas, mantêm-se por certo, como instâncias importantes nesse processo constitutivo. (LOURO, 2008, p.18)

Assim como a influência, principalmente na sociedade atual, das mídias que avançam para total alienação dos sujeitos à sua norma e censuram aqueles que se opõem a essa referência, aqueles que são diferentes.

Entretanto o conceito de gênero foi ampliado, pois este não suporta mais a restrição às diferenças dos papéis sexuais e de uma identidade definida, ele abrange as identidades em constante e interminável construção, aquelas que transitam e percorrem diferentes caminhos e que por muitas vezes não se definem por homem ou mulher, por masculino e feminino.

[...] se a posição do homem branco heterossexual, de classe média urbana foi construída, historicamente, como a posição-de-sujeito ou a identidade referência, segue-se que serão “diferentes” todas as identidades que não correspondam a esta ou que desta se afastem. (LOURO, 2008, p. 22)

3.2. Gênero, Violência e Homofobia

Considerando o conceito de Violências a partir da compreensão de Ana Maria Borges de Sousa (2011) quando cita a si mesma no livro que foi organizadora juntamente com Isabella Maria Benfica Barbosa *Cuidar da Educação, Cuidar da Vida*, através do Núcleo Vida e Cuidado: Estudos e Pesquisas sobre Violências – NUVIC/CED o qual a presente pesquisa faz parte, sendo “[...] todo e qualquer processo que produz a desorganização emocional do sujeito, a partir de situações em que este é submetido ao domínio e controle de um outro.” e que todo ato de violência “[...] se caracteriza por relações de domínio em que alguém é tratado como objeto. (SOUSA,

2002, p. 83)” (p.37) pode-se prosseguir com a pesquisa, agora fazendo a relação entre gênero, sexualidade e homofobia com as Violências.

3.2.1. Gênero e Violências

O tema do machismo está explícito no capítulo cinco do livro *Impacto da Violência nas Escolas: Um Diálogo dos Professores* - documento do MEC em parceria com a Fiocruz - que é objeto de análise dessa pesquisa, quando a relação entre gênero e violência é abordada. De acordo com as autoras a correspondência entre o gênero masculino e a violência, se dá em todas as instituições sociais:

Na família, na escola, na polícia e até para alguns cientistas ainda persiste a visão de que as atitudes agressivas dos homens seja algo natural. Concordar com tal explicação é deixar de analisar a existência de gratificações e estímulos sociais (reais e simbólicos) para comportamentos até cruéis de alguns homens em relação aos que consideram fracos, dentre os quais se incluem mulheres e crianças. (CECCHETTO; RIBEIRO; OLIVEIRA, 2013, p. 127).

É apontada também a relação dos esportes e das brincadeiras de jovens e crianças onde há hierarquias entre meninos e meninas - já que alguns esportes e algumas brincadeiras são culturalmente considerados “coisa de menino” e “coisa de menina” -, ou entre os mais velhos e os mais novos, onde as duas situações se encontram passíveis de atos violentos como ameaças, humilhação, dominação sobre o outro, agressão, etc., e conforme a compreensão das autoras,

“Tais práticas podem potencialmente machucar e provocar dor, gerar desavenças e inimizades que vão além do espaço das brincadeiras e da escola” (CECCHETTO; RIBEIRO; OLIVEIRA, 2013, p. 128).

Crianças e jovens que vivem com a sua família, em determinado local, que possui uma cultura específica e que estudam em determinada instituição, estão em um processo constante e conturbado de formação de identidade que se constrói através dessas influências. A escola é uma das principais instituições onde ocorrem violências de gênero, já que há uma grande variação de identidade convivendo no mesmo espaço, este acaba se tornando propício à práticas

[...] que costumam ser corriqueiras no espaço escolar, tais como os apelidos pejorativos, piadinhas, humilhações e outras violências que apesar de serem ignoradas causam sofrimentos e a violação de direitos humanos fundamentais, como a liberdade de expressão das sexualidades. (SOUSA; SILVA, 2013, p.1)

3.2.2. Violência e as relações afetivo-sexuais

As primeiras relações afetivo-sexuais ocorrem geralmente nas escolas, e foi nesse espaço que o Claves e a Fiocruz juntamente com a Fundação Ford, realizaram pesquisas (Claves, Ford, 2009) sobre os casos de violências provenientes dessas relações:

“Os dados mostram que 87%, ou seja, nove entre dez adolescentes já praticaram algum tipo de agressão durante o relacionamento amoroso, seja ela física sexual ou psicológica.” (CECCHETTO; RIBEIRO; OLIVEIRA, 2013, p. 130)

As violências nos relacionamentos de adolescentes pouco foram estudadas em nossa história, mas ganharam visibilidade há alguns anos quando as ocorrências passaram a ser mais frequentes em escolas e universidades.

Através dos dados da pesquisa realizada no Brasil *Violência entre namorados adolescentes: um estudo em dez capitais brasileiras* (Claves, Ford, 2009), tomada como referência pelo capítulo que está sendo analisado, pode-se perceber que as vítimas das violências são ao mesmo tempo autores.

Entre essas violências denotam-se as ameaças que

“[...] configuram um tipo de violência psicológica que se manifesta em atos como destruir ou ameaçar destruir algo de valor do parceiro ou parceira, tentar amedrontá-lo (a) de propósito, ameaçar bater ou jogar alguma coisa nele (a) e ameaçar machucá-lo (a).” (CECCHETTO; RIBEIRO; OLIVEIRA, 2013, p. 131);

A violência física, que foi abordada pelos adolescentes como atos naturalizados do relacionamento e como forma de expressão ou resposta a agressão do parceiro. Esta é caracterizada por empurrões, socos, lançamento de objeto sobre o outro, etc. A violência sexual citada pelos participantes da pesquisa ocorre em situações onde o parceiro (a) faz ameaças ou age à força caso o (a) parceiro (a) não aceite beijar ou ter

relação sexual em determinado momento. Segundo a pesquisa realizada (Claves, Ford, 2009), os estudantes apontam o ciúme como principal motivo para as violências nas relações afetivas.

3.2.3. Homofobia

A compreensão de Homofobia abordada por Cecchetto, Ribeiro e Oliveira (2013, p. 135) diz respeito a

“[...] uma forma de preconceito, contra um grupo de pessoas de orientação homossexual, que pode levar à discriminação. As definições de homofobia incluem basicamente duas dimensões: uma subjetiva – medo, aversão – e outra social, cultural e política – derivadas da normatização da heterossexualidade (Ministério da Educação, 2009).”

Rogério Diniz Junqueira (2007) acrescenta à homofobia uma pluralidade, questionando o conceito do termo a partir da relação estabelecida pelas instituições sociais como a medicina e a religião, e todo o contexto ao redor. Por exemplo, a medicina impõe ao termo uma patologia – dando foco à “fobia” que constitui o final da palavra e dá a ela um sentido de medo, aversão e repulsa às relações homossexuais.

Além de ser vista como doença, a homofobia segundo Junqueira (2007) não é tratada pelo seu eixo principal, que é o preconceito aos sujeitos que possuem comportamentos, crenças, ideologias, que não condizem com a norma, ou seja, que são diferentes do que a sociedade impõe como normal: a heterossexualidade em seus determinados papéis sociais de homem e mulher. Daí pode-se perceber sua relação com gênero, onde Junqueira (2007, p. 7) cita Louro (2004, p. 28-9):

“[...] a homofobia também opera por meio da atribuição de um “gênero- defeituoso”, “falho”, “abjeto” as pessoas homossexuais. Assim a homofobia “pode se expressar ainda numa espécie de ‘terror em relação à perda de gênero’, ou seja, no terror de não ser mais considerado como um homem ou uma mulher ‘reais’ ou ‘autênticos/as’”.

A visão de gênero restrita aos papéis sexuais mais uma vez é explícita no livro do MEC/Fiocruz quando abre o tema das violências, apontando os adolescentes

homossexuais como principais vítimas do preconceito, e ainda definindo essa temporalidade como um

[...] período de experimentação da sexualidade e de demarcação fundamental de diferenças de gênero, isto é, das construções sociais sobre ser homem e ser mulher na estruturação da identidade. (CECCHETTO; RIBEIRO; OLIVEIRA, 2013, p. 135)

Portanto, de acordo com as autoras, vai ser a partir da relação com o outro que o indivíduo, no caso o adolescente, vai construir sua identidade de gênero, ou seja, vai interpretar o papel de homem - caso tenha afeição por mulheres -, ou vai interpretar o papel de mulher – caso tenha afeição por homens. Essa linha de pensamento tem origem cultural de “[...] um sistema binário, disciplinador, normatizador e normalizador” onde “[...] determinado sexo deva corresponder, [...] um determinado gênero, o qual, por sua vez, implicaria um determinado direcionado desejo sexual.” (JUNQUEIRA, 2007, p. 9-10)

Cecchetto, Ribeiro e Oliveira (2013) citam dados de uma entrevista feita por Abramovay, Castro e Silva (2004) onde parte dos jovens que participaram da pesquisa veem a homossexualidade como doença, e parte dos professores e gestores das instituições pesquisadas afirmaram que não gostariam de ter alunos homossexuais.

Segundo o Boletim da Agência de Notícias dos Direitos da Infância (2001), adolescentes homossexuais estão entre as maiores vítimas do preconceito e exclusão social, sujeitos à homofobia e à marginalização dentro da própria família. (CECCHETTO; RIBEIRO; OLIVEIRA, p.135)

Essa citação vai de encontro com Sousa e Silva (2013, p.1) quando afirmam situações homofóbicas agora dentro das escolas:

Embora a escola seja permeada pela diversidade sexual, os/as alunos/as com identidades sexuais e de gênero destoantes da heteronormatividade são constantemente vítimas de diversas violências homofóbicas, sendo marginalizados e privados de direitos humanos fundamentais para a vivência plena da sexualidade, tais como liberdade, integridade e privacidade sexual; segurança do corpo sexual; direito à expressão sexual e informação sexual.

Dessa forma “a homofobia passa a ser vista como fator de restrição de direitos de cidadania, como impeditivo à educação, à saúde, ao trabalho, à segurança, aos direitos humanos” (JUNQUEIRA, 2007, p. 7).

As agressões contra adolescentes homossexuais no espaço escolar costumam ser sutis, como é o caso de sua exclusão de grupos de convivência, de jogos e de outras atividades coletivas.[...] Apelidos como boiola, bicha, viado, sapatão, são formas de violência de gênero. (CECCHETTO; RIBEIRO; OLIVEIRA, 2013, p.137)

Essa expressão vai ao confronto com Sousa e Silva (2013, p. 6), quando falam sobre a omissão social à homofobia ao desconsiderar as “agressões sutis” como violações ao direito do indivíduo de, por exemplo, estar incluso em grupos e atividades coletivas, pelo fato do mesmo não cumprir com norma imposta pela sociedade.

A gravidade da homofobia não consiste somente nas práticas de violência física, mas também nas manifestações da violência não física, presente nos insultos, nas piadas, na linguagem cotidiana, entre outras manifestações que violam direitos humanos básicos e essenciais.

Ainda de acordo com esses autores,

[...] a homofobia envolve diferentes práticas de preconceito e discriminação expressas em diversos âmbitos sociais, por meio de distinções, exclusões, restrições ou preferências que anulam e prejudicam o reconhecimento e o exercício pleno da cidadania por parte da diversidade sexual. (2013, p. 6)

Considerando então cada conceito trabalhado, sente-se a necessidade de enfatizar a importância de uma aproximação dos mesmos para a formação de professores, pois, assim como Leitão (2013) sugere no último capítulo do documento do MEC/Fiocruz:

[...] no mesmo cotidiano onde as situações de violência se expressam estão também algumas possibilidades de superação. O importante é que você, professor, e os demais profissionais da educação se sintam preparados para o reconhecimento, a prevenção e o enfrentamento

das diferentes situações de violência, assim como para incluir a participação da família e da comunidade, tanto na condição de sujeitos passíveis de proteção quanto na de parceiros na garantia e promoção dos direitos de crianças e adolescentes. (LEITÃO, 2013, p.245)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final deste Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), pode-se concluir que a pesquisa foi satisfatória de modo a contemplar temas e discussões importantes e fundamentais para a formação de professores.

Através da síntese do documento do MEC (2013) abordada no primeiro capítulo desta pesquisa, pode-se conhecer o livro e as principais concepções dos autores e autoras de cada capítulo sobre as violências no contexto da escola através de exemplos e possíveis situações que renderam uma maior aproximação com a realidade que aguarda a docência. Essa apresentação do livro foi fundamental para situar tanto a pesquisadora como o leitor deste TCC sobre os enunciados que seriam tratados ao longo da pesquisa, e quais seriam então os principais temas e conceitos abordados e as questões que seriam discutidas.

A metodologia foi abordada no segundo capítulo desta pesquisa, apresentando ao leitor qual o método utilizado para efetivar a pesquisa em educação. Considerando que não foi possível ampliar e analisar todos os enunciados das violências tratados no documento do MEC (2013) por motivos de curto espaço de tempo para consumir a pesquisa, foi feita uma escolha metodológica com base em questões e indagações que surgiram à pesquisadora durante a leitura do livro *Impactos da Violência nas Escolas: Um Diálogo como Professores* (MEC/ Fiocruz, 2013). Assim, dentre os enunciados – Bullying, Violência e Direitos Humanos, Violência e as relações de gênero, sexualidade e raça, Violência e a promoção de Saúde nas escolas – foi escolhido o tema: Violências, Gênero e Sexualidade no Contexto da Escola. Este foi discutido no último capítulo, ampliando os conceitos dos enunciados do capítulo e abrangendo o tema da Homofobia.

O objetivo da pesquisa se concretizou no terceiro capítulo do TCC, quando a pesquisa vai ao encontro do seu foco inicial, o contexto das violências na formação de professores no cenário das relações de gênero e sexualidade.

Ao conceituar esses enunciados, pode-se perceber uma linha de pensamento das autoras do quinto capítulo do livro do MEC (2013), que se restringe à uma concepção de gênero através de sistemas binários que atribuem ao homem e à mulher papéis sexuais histórico-social-culturalmente construídos. No entanto, ao refletir e problematizar essa concepção, e através do diálogo com outros autores, pode-se fazer uma ampliação da pesquisa, considerando a compreensão de violências através dos estudos realizados no Núcleo Vida e Cuidado (NUVIC) da Universidade Federal de

Santa Catarina, onde toda e qualquer situação que maltrata de forma física ou psicológica e que tem caráter de poder e domínio sobre o outro é caracterizada como violência, e os autores que consideram as questões de gênero como parte da identidade do indivíduo que se constrói de modo constante ao longo da vida, considerando ou não as expectativas da sociedade heteronormativa onde “Conselhos a palavras de ordem interpelam-nos constantemente, ensinamentos sobre saúde, comportamento, religião, amor, dizem-nos o que preferir e o que recusar, ajudam-nos a produzir nossos corpos e estilos, nossos modos de ser e de viver” (LOURO, 2008, p. 19), ou seja, cabe ao indivíduo determinar quais papéis ele deseja assumir, modificando-o e experimentando outras possibilidades já que nada é definitivo.

Teve de se incluir a homofobia nesta pesquisa, sendo esta uma das principais violências de gênero que neste caso é visto por aqueles considerados ‘normais’ pela sociedade heteronormativa, como um desvio da normalidade, como uma perda do seu papel masculino ou feminino, como se o indivíduo não tivesse gênero. Assim, aquele que constrói sua identidade de forma diferente da referência de papéis heterossexuais femininos ou masculinos, está vulnerável a sofrer algum tipo de violência.

Se, por um lado, alguns setores sociais passam a demonstrar uma crescente aceitação da pluralidade sexual e, até mesmo, passam a consumir alguns de seus produtos culturais, por outro lado, setores tradicionais renovam (e recrudescem) seus ataques, realizando desde campanhas de retomada dos valores tradicionais da família até manifestações de extrema agressão e violência física. (LOURO, 2008, p. 21)

Desse modo, abarcando todos os enunciados do livro e dando foco aquele que mais trouxe interesse de pesquisa, foi possível concluir o Trabalho de Conclusão de Curso, dando à formação da pesquisadora ampliação de conhecimentos acerca das violências e dos possíveis contextos e situações que pode encontrar no exercício da docência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSIS, Simone Gonçalves de (org.). *Impactos da violência na escola: um diálogo com professores*. / organizado por Simone Gonçalves de Assis, Patrícia Constantino e Joviana Quintes Avanci. Rio de Janeiro: Ministério da Educação / Editora FIOCRUZ, 2010. 270 p.

SILVA, Tomaz Tadeu (organizador). *Identidade e diferença – a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000, 133p.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. *Homofobia: limites e possibilidades de um conceito em meio a disputas*. Bagoas: Revista de Estudos Gays, v. 1, 2007, p. 1-22.

SOUSA, Elaine de Jesus; SILVA, Joilson Pereira da. *Violência e Direitos Humanos: o caso da Homofobia nas escolas*. Itabaiana: Anais do VI Fórum Identidades e Alteridades e II Congresso Nacional Educação e Diversidade, 2013, p. 1-12.

SKLIAR, Carlos. *A educação e a pergunta pelos Outros: diferença, alteridade, diversidade e os outros “outros”*. Florianópolis: Ponto de vista, n. 05, 2003, p. 37-49.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero e Sexualidade: Pedagogias contemporâneas*. 2008, p. 17-23.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, Sexualidade e Educação: Uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

CHARLOT, Bernard. *A violência na Escola: como os sociólogos franceses abordam essa questão*. Porto Alegre: Sociologias, ano 4, nº 8, 2002, p. 432-443.

COSTA, Marisa Vorraber. *Caminhos Investigativos I: Novos Olhares na Pesquisa em Educação*. Brasil: DP&A, 2007.

SOUSA, Ana Maria Borges de; BARBOSA, Isabella Benfica. *Cuidar da Educação, Cuidar da Vida*. Florianópolis: UFSC-CED-NUVIC, 2011.